

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras¹

Amanda Oliveira Rabelo*

Resumo

Este artigo tem como objetivo relacionar a memória com os processos de subjetivação da sociedade e dos professores, dessa forma é necessário esclarecer alguns termos como identidade e subjetividade, com o aporte de autores como Foucault, Hardt, Gondar, entre outros. Indica-se a singularidade como resistência às tentativas das injunções do poder presentes na nossa sociedade. Singularidade proposta no conceito *professoralidade* (de Marcos Pereira) para uma construção da subjetividade do professor distanciada da identidade fixa que o poder tenta moldar. *Professoralidade* que é exercida na união dos professores e na divulgação e reflexão de suas experiências.

Palavras-chave: Memória. Subjetividade. Singularidade.

Memory and subjectivity: elements to reflect about the singularity of the feminine teachers

Abstract

This article has as objective to relate the memory with the processes of subjectivation of the society and of the feminine professors, by this way is necessary to clarify some terms as identity and subjectivity, with support of authors as Foucault, Hardt, Gondar, among others. Singularity is indicated as resistance to the attempts of the injunctions of the power exist in our society. Singularity is proposal in the concept "professorality" (of Marcos Pereira) for a construction of the subjectivity of the professor distant of the fixed identity that the power tries to mold. "Professorality" that is exerted in the union of the professors and in the dissemination and reflection of its experiences.

Keywords: Memory. Subjectivity. Singularity.

* Doutoranda da Universidade de Aveiro (Portugal). Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO (Rio de Janeiro). Pedagoga formada na UNIRIO.

Amanda O. Rabelo

Os grupos sociais geram um forte sentimento de identidade, tanto individual como coletivo. A memória é apontada por Pollak (1992, p. 204) como um elemento constituinte do sentimento da identidade individual e coletiva, que também a destaca como um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa/grupo em sua reconstrução de si.

Mas o que significa identidade e como a professora constrói sua subjetividade?

A memória forma identidades, pois ela está estritamente vinculada com o poder e a produção de subjetividades. O poder tenta perfazer o subjetivo para controlar as pessoas, esse controle pode se dar na tentativa de estabelecer identidade fixas. Assim, Gondar (2003, p. 32) aponta que “a memória pode ser um instrumento de poder. Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido”. A lembrança é um modo de constituir o sujeito, então, o poder político deve usar essa memória para que não estejamos livres para lembrar de tudo o que quisermos, mas estritamente o que lhe é útil.

De acordo com Gondar “ao situar a memória e a subjetividade como sinônimos, Foucault não está enfatizando qualquer dimensão psicologizante da memória, nem qualquer tendência idealista da subjetividade. O que ele irá nos mostrar é que não podemos separar a produção da memória de determinados dispositivos de poder em diferentes momentos históricos (2003, p. 32)”.

Assim, poderíamos pensar a subjetividade e a memória libertas de uma redução à esfera individual, ou seja, a memória e a subjetividade nunca são pertinentes somente ao sujeito, mas também produzidas por dispositivos de poder. Isso significa que a memória produz subjetividades não somente no plano individual, mas a partir de todos os processos de produção social e material que se valem de discursos para afetar o sujeito, ou seja, ela atinge o sujeito na sua expressão coletiva, a partir de mecanismos sociais.

Percebe-se nas leituras de Foucault tanto o valor do estudo da memória coletiva, como a ênfase nos processos que fazem a memória ser utilizada pelo poder para produzir subjetividades ou controlar os indivíduos. Uma forma de tentar compreender a memória docente é assinalar como se processa ou como se processou a construção da subjetividade da professora no âmbito social. Essa análise será feita a seguir, principalmente ao esclarecermos os termos identidade e subjetividade.

Identidade e subjetividade

Ah! Os caminhos estão todos em mim.
Qualquer distância ou direção, ou fim
Pertence-me, sou eu. O resto é a parte

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

De mim que chamo o mundo exterior.

Mas o caminho deus eis se biparte

Em o que eu sou e o alheio a mim

(FERNANDO PESSOA, *Obra Poética*, 1976, p. 498).

Os versos de Fernando Pessoa possibilitam analisar o que significaria o complexo conceito da identidade. O poeta sente que os caminhos estão nele, porém quando se biparte, ele percebe que há algo alheio que não lhe pertence. A identidade surge nessa percepção e contraposição do diferente que é típica da sociedade disciplinar² analisada por Foucault, a subjetividade surge a partir da disciplina³. A disciplina como mecanismo de poder vai construindo uma individualidade/identidade nos corpos.

De acordo com Silva (2000), só se é alguma coisa porque *não se é* outras, e só *não se é* alguma coisa porque *algo se é*. Portanto, a identidade e a diferença são produzidas no contexto de relações culturais e sociais, a identidade é constituída a partir do outro, entendido como aquilo que não é, o negativo que se opõe. Isto é, o outro é o *diferente* (de um sujeito ou de um grupo), aquele que se afasta das características que *identificam* os últimos.

O autor analisa que a identidade e a diferença não são naturais/inatas, elas são produzidas pela linguagem, isto é, elas precisam ser nomeadas. Para nomear-se uma identidade, ela deve estabelecer e excluir o ser diferente, impondo e afirmando aquilo que a caracteriza, que a torna *si mesma*:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição — discursiva e lingüística — está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas [...] A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais (SILVA, 2000, p. 81).

Essa divisão em oposições binárias (identidade/diferença, masculino/feminino...) opera uma classificação em que um dos termos é sempre privilegiado, apresentada como parâmetro positivo, como modelo a ser seguido. No caso do homem ou da mulher na educação, assim como na sociedade em geral, o homem leva vantagem por representar o aspecto, valorizado socialmente, da razão, e a mulher é colocada como o aspecto negativo, não valorizado, da emoção. Costa (1999) considera que essa divisão entre atitudes consideradas masculinas ou femininas “não seria problemática se destas características não decorresse um posicionamento diferenciado na política cultural, segundo o qual, os atributos masculinos correspondem ao pólo privilegiado de uma composição binária dicotômica”.

Amanda O. Rabelo

Partindo da noção de identidade como atrelada à diferença (precisando de um outro/diferente para se contrapor) podemos analisar como as identidades têm sido formadas nas sociedades disciplinares. Estas, de acordo com Foucault (1979), são as sociedades que passam a controlar o espaço, o tempo, as atividades e que acabam por formar individualidades.

As sociedades disciplinares surgem depois da Idade Média, com mudanças que aconteceram no sistema social, transformações na forma do *poder* que passa a atuar na sociedade, nas instituições. Machado nos mostra que Foucault visa estudar justamente esse tipo de poder:

[...] que se expande por toda a sociedade, assumindo as formas mais regionais e concretas, investindo em instituições, tomando corpo em técnicas de dominação. [...] podendo ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder [...]. Foi esse tipo específico de poder que Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar. E é importante notar que ela nem é um aparelho, nem uma instituição, na medida em que funciona como uma rede que as atravessa sem se limitar a suas fronteiras (MACHADO, 1979, p. XII-XVII).

Esse poder disciplinar não se caracteriza por oprimir, por dizer não, mas sim por individualizar as pessoas através de classificações, por isso, as identidades passam a ser sempre baseadas na exclusão de identidades “diferentes”. Podemos perceber na educação, como em outras áreas, uma valorização do especialista, que é o indivíduo que tem a sua identidade profissional mais definida e tem maior poder de veicular a “verdade” na sua área.

O poder pretende que os sujeitos sejam úteis, portanto, eles precisam estar milimetricamente controlados e adestrados para a produção na sociedade capitalista. O poder disciplinar utiliza-se de várias estratégias para o controle das individualidades:

Em primeiro lugar, a disciplina é um tipo de organização do espaço. É uma técnica de distribuição dos indivíduos através da inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório [...] A grande importância estratégica [...] vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas[...]. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber (MACHADO, 1979, p. XVII-XIX).

Se Foucault, como nos mostra Machado, defende que a sociedade capitalista se caracteriza por ser disciplinar é porque ela promove um tipo de poder que quer produzir o sujeito, fixar identidades, reduzindo o indivíduo às

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

suas tarefas, à identificação com o seu “papel/dom”, à aceitação do lugar que ele deve ocupar na sociedade. Essa identidade é imposta, ninguém nasce com ela, por isso podem aparecer várias motivações para sua aceitação, podemos percebê-las na justificação da escolha profissional docente no fato de gostarem de crianças, na falta de outra opção, na imposição da família, ou, até mesmo, no abandono da profissão.

Hall diz que o termo identidade tem sido assolado atualmente por muitas dificuldades conceituais, dessa forma, ele sugere um outro conceito para explicar o que atualmente seria a identidade — o de *identificação* que constrói-se: “a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento do grupo em questão” (2000, p. 106).

A identificação, ou identidade, não seria imutável, pois o indivíduo poderia alterar sua identidade a partir da aceitação ou negação dos discursos e práticas que a constroem:

Utilizo o termo “identidade” para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar”. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111-112).

De acordo com o autor, para criar nossa identificação somos influenciados pelas práticas discursivas presentes na nossa sociedade que tentam nos enquadrar, mas também pelos processos que produzem subjetividades. Subjetividade é o modo de conceber o mundo, não é um atributo de cada um, não é uma identidade. A subjetividade é um modo de sentir, de querer, de olhar, de perceber as coisas, que é produzida por determinados mecanismos e configura certos meios sociais.

No poder disciplinar, a subjetividade se apresenta como identidade, pois ele distribui hierarquias e diferencia os indivíduos. Em outras relações de poder, a subjetividade é produzida de maneira diferente da identidade.

O poder produz subjetividade, mas quando o poder exerce-se sob a forma da disciplina tenta moldar e tomar para si o que está transformando-se. A subjetividade que ele produz é uma identidade que a sociedade interpela para que seja fixa, contudo esta não existe, pois nenhum indivíduo está livre de

transformações. É nesse sentido que Guattari (1992, p. 19) nos mostra que:

No ponto em que nos encontramos, a definição provisória mais englobante que eu proporia da subjetividade é: o conjunto das condições que torna possível que instancias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como **território existencial** auto-referencial, em adjacência ou em relação de delimitação com uma alteridade ela mesmo subjetiva (grifo do autor).

Ou seja, subjetividade é tudo que faz com que o indivíduo, ou a coletividade, exista, se auto-afirme e relacione com outros indivíduos ou outras coletividades que também têm sua subjetividade. Guattari (1992, p. 14) especifica alguns componentes que influenciam na heterogeneidade da formação das subjetividades: “1. componentes semiológicos significantes que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do esporte; 2. elementos fabricados pela indústria da mídia, cinema etc.”, entre outros.

É possível perceber, por exemplo nas falas das professoras, os signos que circulam na sociedade e que contribuem para a formação de nossa subjetividade através da regulação de comportamentos, ações, pensamentos, respostas às regras sociais etc. A subjetividade é um conjunto de funções e atitudes que levam o indivíduo a se reconhecer enquanto sujeito. Segundo Mance (1998):

Toda cultura, por sua vez, resulta de uma certa estratificação semiótica ordenadora de comportamentos pessoais e coletivos. As subjetividades, igualmente, se constituem a partir de processos antropossemióticos sem os quais nenhum indivíduo poderia reconhecer-se como sujeito ou agir com autonomia [...] O modo de comer, de vestir, de se reproduzir, enfim, de realizar todas as atividades necessárias à existência e convivência humanas é semioticamente organizado. Assim, quando se fala em subjetividade há que se pensar nesse conjunto de matérias e funções — nesse conjunto das necessidades orgânicas — e por outro lado nas dimensões da cultura — nos diversos códigos socialmente ordenadores — que, de algum modo, modelizam o corpo; neste processo estruturam-se as subjetividades.

A subjetividade modela o corpo, o indivíduo e todas as funções culturais. Pode parecer exagero que mesmo as necessidades orgânicas sejam estruturadas pela subjetividade, mas não é. Por exemplo, o indivíduo pode sentir fome, porém a hora e o local em que sua fome aparece tem ligação com a subjetividade que nele foi produzida. Mas será que essa forma de subjetivação não está em

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

decadência? Os valores não estão modificando-se?

O processo de fragmentação social determinado pela globalização nos faz refletir sobre os rumos das identidades, na atualidade. Será que essa mudança permitirá a singularidade e o devir⁴, ou ela significará uma maior exploração das várias identidades existentes?

As mudanças na sociedade mudam a forma de perceber a identidade?

A globalização tem sua lógica e as identidades modificadas serão sempre permeadas por ela. Podemos perceber, nas teses de Hardt, que mesmo com a globalização e a aceitação das múltiplas identidades isso não significa que as identidades dominadas deixem de ser *excluídas* ou que passem a ser valorizadas, as subjetividades não são inatas, elas “interagem no plano social são substancialmente criadas pela sociedade [...] As práticas materiais oferecidas ao sujeito no contexto da instituição [...] formam o processo de produção de sua própria subjetividade” (2000, p. 368).

Para Hardt, não vivemos mais essa formação de subjetividade da sociedade disciplinar, pois estamos vivendo na sociedade de controle em que os muros das instituições estão se quebrando e, assim, modificando a produção de subjetividades:

[...] de maneira que a lógica que funcionava outrora principalmente no interior dos muros institucionais se estende, hoje, a todo campo social [...] A não-definição do lugar da produção corresponde à indeterminação da forma das subjetividades produzidas. As instituições sociais de controle no império poderiam, portanto, ser percebidas em um processo fluído de engendramento e de corrupção da subjetividade (2000, p. 369).

Hardt e Negri (2001) demonstram que atualmente vivemos no tempo da formação do poder do Império: poder diferente do imperialista, que exaltava a bipolaridade⁵ para se colocar como dominante, superior e, assim, exercer o poder. O poder do Império quer abarcar todas as “identidades”, sem opô-las, simplesmente para incluí-las e torná-las comercializáveis, servindo ao mercado.

A bipolaridade tem diminuído, pois agora o que importa é que se tenha multipolaridades como objetos que podem ser consumidos. A exclusão deixa de ser importante para abrir-se à inclusão geral. Tudo está globalizado e inserido mundialmente. Tudo se torna incluído a medida que se submete à lógica mercadológica. Especificamente, a profissão da professora primária que era uma profissão tida como feminina, começa a ter seu campo profissional “invadido” também pelo masculino.

Contudo, o preconceito que afirma que esta seja uma profissão feminina

Amanda O. Rabelo

ainda continua vigente, não decaiu totalmente, pois o magistério tem sido um campo vinculado histórico-culturalmente ao gênero feminino, continuando com uma inclusão dos homens no magistério de 1ª a 4ª série ainda muito baixa. Estes não são mais excluídos pelas regras da inserção nas instituições de formação de professores. Quem exclui? É a subjetividade que exclui. Como existe uma determinada perspectiva de concepção de mundo dos professores, mesmo que a entrada dos homens seja permitida oficialmente, esta vai infringir noções que permeiam o imaginário coletivo.

As representações, discursos e símbolos sobre o trabalho docente são fortemente estabelecidas a partir das conexões entre magistério e feminilidade, e têm contribuído para situar a carreira em um desprotegido e discriminado patamar social. Entretanto, o mercado em geral está mais aberto e aceitando o trabalho feminino. Então, por que ainda existe a distinção social entre profissão feminina e profissão masculina?

Ao mesmo tempo em que se questiona a distinção de profissões femininas e masculinas, a lógica do Império é aceitar a formação identitária do homem e da mulher, enquanto trabalhadores, daí porque o mercado encontra-se aberto a ambos os sexos em todas as profissões. Não porque isso possa significar um critério igualitário, mas porque é necessário que todos estejam inseridos, consumindo e sob controle.

Por isso, é preciso tomar cuidado e perceber que não é a inserção de homens em profissões consideradas historicamente femininas e de mulheres em profissões historicamente masculinas que vai possibilitar uma reflexão e uma escolha profissional que valorize as singularidades dos indivíduos. Ao contrário, isso pode até significar maior submissão ao que o mercado deseja e a depreciação não só do salário feminino, mas também do masculino. Não podemos acreditar que a entrada do homem no magistério infantil resolveria o problema da desvalorização da profissão.

Gondar (2003, p. 37) nos aponta que a resistência contra as sociedades disciplinares poderia ser feita através de

uma **contra-memória**, no sentido foucaultiano — [que] pretendeu funcionar como campo de libertação de outros valores, incorporando as vozes dos grupos minoritários, compostos pelos marginalizados, explorados e oprimidos. Assim, a resistência à lógica identitária se apresentou como uma **afirmação das diferenças locais**, regionais, sexuais ou étnicas em contraponto a uma identidade genérica e unitária (grifos nossos).

Se a afirmação das identidades dos explorados era a resistência possível à lógica das sociedades disciplinares, a resistência ao Império seria a criatividade, assim como defende Gondar (2003, p. 40): “A memória não é lugar

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

de conforto ou de compensação pelas perdas identitárias; ela está sujeita à mudança, e a lógica das redes não é incompatível — bem ao contrário — com a possibilidade de rememoração criativa.”

Será que estaríamos sendo contraditórios se disséssemos que a criatividade é a forma de resistência dos professores? Não seria melhor resistir afirmando uma identidade dos explorados, assegurando uma identidade das professoras, dizendo que elas são realmente mais emotivas?

Não. Foucault (1985) já admitia a *prática de si* como resistência possível também nas sociedades disciplinares. Portanto, essa não é uma forma contraditória de resistir, é uma outra possibilidade de opor-se ao assujeitamento do poder.

Para Foucault a *prática (ou cuidado) de si* explica-se em uma arte da existência que “se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso ‘ter cuidados consigo’; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática” (1985, p. 49). Essa arte da existência consiste não em deixar-se levar por preceitos pré-estabelecidos, mas em um governo ou uma cultura de si que leve sempre ao bem-estar geral: da alma, do corpo, das relações sociais.

Assim, para Foucault, o cuidado de si não é um exercício de solidão, mas uma intensificação das relações sociais: “Quando, no exercício do cuidado de si, faz-se apelo a um outro, o qual adivinha-se que possui a aptidão para dirigir e para aconselhar, faz-se uso de um direito; e é um dever que se realiza quando se proporciona ajuda a um outro ou quando se recebe com gratidão as lições que ele pode dar” (1985, p. 58).

Incentiva-se a busca de uma subjetividade mais pessoal e crítica, as singularidades, ou *práticas de si*, que levem a uma outra maneira de constituir-se a si mesmo enquanto sujeito moral. Seriam resistências diante das influências sociais, exaltadas por Foucault⁶, e poderiam existir mesmo diante de todo o aparato de controle que a sociedade tem exercido sobre o sujeito.

Uma possibilidade de deriva⁷: a singularidade

A subjetividade não é somente a regulação de nossos comportamentos. O sujeito tem sua liberdade, podendo interferir nos mesmos códigos que atuam sobre sua subjetividade. A todo tempo são criados novos modelos e parâmetros para os comportamentos que se deseja, o sujeito pode intervir problematizando esses parâmetros e não os aceitando tacitamente.

A produção de subjetividade não é necessariamente singular nem massificada. O poder quando produz subjetividade não é sob a forma singular, ele produz uma subjetividade massificada pela identidade. Para haver identidade,

Amanda O. Rabelo

esse modelo tem que valer para todos, tem que homogeneizar. Todo mundo tem que ter uma identidade. Poderíamos dizer, por exemplo, que uma das identidades ligada à mulher é ser professora. Entretanto, os indivíduos podem se submeter ou podem resistir ao que é imposto de forma generalizada. Aceitando a subjetividade produzida pelo poder e se submetendo a ela, as pessoas passam a “acatar” a identidade que lhe é destinada. Se resistem, elas constroem uma singularidade, ao invés de receber a subjetividade uniformizadora que o poder disciplinar produz.

Foucault chama essa resistência à subjetivação de estética da existência, e ela resulta no que ele denomina de práticas de si. Foucault demonstra que a possibilidade de governar a si mesmo (a prática de si) implica o desenvolvimento de uma *arte de viver*. Ou seja, em vez de se adequar a uma norma universalmente válida, o indivíduo tem a capacidade de desenvolver critérios de cunho estético que o levem a desenvolver uma existência única e singular, ou seja, uma bela existência.

Gondar (2003, p. 34) analisa como essa possibilidade aparece nas últimas teses de Foucault⁹:

O eixo principal de sua investigação deixa de ser o poder e torna-se a relação a si, através do qual ele percebe uma possibilidade de escape ao poder [...] Foucault descobre que tanto indivíduos como coletivos podem se relacionar com as regras estabelecidas pelo poder de forma singular, constituindo processos de criação de si, isto é, processos de subjetivação que escapam àquilo que os códigos estabeleceram.

As influências do poder atingem a todos no curso de suas vidas de várias maneiras: conversando, lidando com outras pessoas e com as instituições existentes. O indivíduo pode receber passivamente essas injunções sociais, não questionando, não se singularizando. Mas, também pode receber essa estrutura massificada e pensar que pode fazer algo diferente/único e ter a possibilidade de singularização em relação ao que é massificado pela sociedade. A partir do que é recebido, pode-se inventar o novo, inesperado, singular. Não há maneira de escapar do que o poder emana, não se pode fingir que a produção de subjetividade não existe ou que se está fora de um meio social, pois o indivíduo é produzido dentro da sociedade a que ele pertence. Não é se distanciando do social que se pode criar o novo, mas dentro do poder e a partir da subjetivação que ele oferece. Desse modo, há a possibilidade de criar uma deriva. Essa possibilidade é ressaltada por Mance (1998, p. 4):

Cada indivíduo é determinado pela sociedade em todas as dimensões de sua subjetividade, mas ao mesmo tempo também é livre, no sentido de que pode interferir sobre esses códigos culturais. Assim, família, escola,

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

colegas, amigos, igrejas e, especialmente, as mídias de massa determinam muito a individuação das subjetividades. Por outra parte, é possível uma intervenção dos sujeitos sobre esses determinantes desde que desenvolvam a capacidade de problematizá-los. Em todas essas esferas ocorre o processo educativo através da formação dos indivíduos em semioses geradoras de interpretantes, de padrões e referências para os diversos conjuntos de comportamentos e ações pessoais ou coletivas.

Mesmo que as instituições sociais determinem a individuação das subjetividades, o sujeito pode problematizar essa determinação. A educação interpela para que tenhamos padrões de comportamento. Mas podemos questioná-los. Nesse momento podemos perceber como o papel do professor é importante nesse processo de subjetivação.

Nas sociedades modernas para que haja produção é preciso que existam indivíduos com identidades fixas referentes a diferentes funções: indivíduos que sirvam como agentes do controle (o professor é um deles) e que sejam ao mesmo tempo controlados.

O agente deve ser especialista da sua área para poder determinar as verdades e os comportamentos esperados. Mas poderia também questionar esses padrões. Neste sentido, a subjetividade não seria somente assujeitada (voltada à produção de identidade), mas relacionada à formação de uma singularidade, como propõem Guattari e Foucault. A singularidade significa a maneira com que cada indivíduo vai receber essa subjetividade e que vai produzir ou criar a partir dela. Hall (2000) demonstra que não é necessário somente que existam leis, regras e modelos para que o indivíduo se subjetive, mas que haja respostas por parte do sujeito e nelas pode estar a resistência e sua possibilidade de instaurar um novo olhar.

Elementos para uma nova “professoralidade”

Pereira (2000) nos demonstra que a “professoralidade” não é uma escolha feita seguindo um modelo, mas uma “diferença que o sujeito produz em si”. Essa diferença representa uma vontade de mudar, representa convicções. A escolha pela docência não pode ser puramente influenciada por um modelo social, mas por algo próprio do indivíduo:

A professoralidade não é uma identidade que se assume baseada em um modelo, **mas uma diferença que o sujeito produz em si**, é um estrato em risco de desequilíbrio permanente [...] **A subjetividade é um conjunto de condições que perfaz o sujeito, que produz, a identidade é a institucionalização de uma forma a modelos estereotipados.** A sociedade diz que devemos

ter uma identidade estável e dá padrões como formas de homogeneizar o cotidiano [...] A **professoralidade** é o jeito, o modo de ser que tenho alimentado, como via fundamental, tanto para navegar em meu campo individual quanto para colocar-me dentro da coletividade. Há tempos ela ressoou com mais força, invadiu e eu pude pressenti-la, com toda sua intensidade. Propositamente, tenho investido nela, **acompanhando suas transformações e modos de demarcar meus novos devires** (p. 38-40, grifos nossos).

Essa “professoralidade” é percebida como uma diferença em si mesma, e é uma possibilidade de singularidade. Não é uma identidade porque não é fixa e não aceita as imposições da sociedade de submeter os indivíduos aos padrões homogeneizadores do poder disciplinar. A “professoralidade” é um processo, e como todo processo não pode fixar-se, conforme percebemos na análise de Gondar (2003, p. 42) sobre processos e identidade:

Um processo jamais pode fixar-se numa identidade, sob pena de desaparecer enquanto processo. Mesmo que uma identidade seja pensada como mais móvel ou mais fluída, ela é algo que pressupõe a existência de fronteiras. Todavia, um processo não tem fronteiras, ele se espalha como um rizoma [...] são as dobras da memória que variando segundo diferentes ritmos, constituem uma pluralidade de modos de subjetivar-se. Assim, mais do que garantir a preservação do que se passou, a memória pode ser uma aposta no novo.

A *professoralidade* pode ser analisada como um devir, um porvir. A memória que tem como *potência* a criação de algo novo é capaz de levar o docente a desenvolver uma forma de ser diferente da imposta pela sociedade. Isso não significaria que o professor tem que se distanciar do seu grupo profissional, mas que ele não deve submeter-se a uma “identidade fixa” do professor.

No contexto identitário do poder disciplinar, há um lugar para cada coisa. De acordo com a história da feminização do magistério o homem era inicialmente o professor, então a identidade da mulher não era a de professora, mas a de dona de casa. Para ser disponível à mulher a possibilidade de ser professora, houve uma mudança nessa identidade. Sendo assim, a identidade da mulher-professora virou um novo modelo aceito pela sociedade.

Essa modificação serviu a determinados interesses: uma nova identidade surgiu porque o poder precisava que ela surgisse. A tendência de a mulher ingressar no magistério surgiu depois, de acordo com a necessidade de mão de obra na educação. Antes o magistério era exercido pelos homens, não tendo assim sentido a ligação do magistério com a maternidade ou a feminilidade.

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

A sociedade em geral postula a identidade como necessária (ou natural) e questiona quem não a tem. Assim, a professora “tem” que ter identidade, e qual é a identidade fixa da professora divulgada ainda hoje pela subjetivação na sociedade? A mulher que gosta de criança, que é carinhosa, paciente... Isso seria a identidade fixa que é imposta. Quem não tem essa identidade é excluído, é o “outro”. A diferença é vista como negativa e não como uma forma de singularidade (no caso dos professores, uma *professoralidade*) ou como outra possibilidade do processo devir-mulher.

Lembremos que nos contextos identitários a oposição é binária, portanto a identidade dominante passa a se opor ao outro considerado diferente. Sob esse ângulo, podemos refletir na nossa cultura como a identidade feminina tem sido constantemente a “outra identidade”, uma identidade “menor ou negativa”, comparada sempre com a masculina que é tida como a identidade forte, racional e destinada às ações mais valiosas da sociedade.

Neste sentido, a identidade feminina é relegada a um plano secundário e fica destinada ao privado, ao doméstico, ao emocional e à esfera do cuidado maternal, características muitas vezes associadas ao ensino. A mulher, de uma forma geral, toma para si a identidade propagada pela sociedade de que ela tem que ser professora por gostar de criança, já o homem muitas vezes percebe a profissão como um meio de ensinar algo, de transmitir conhecimento.

A identidade feminina acaba sendo desvalorizada por esse lado maternal e emocional. Assim, o próprio ensino primário também é desvalorizado diante de outras profissões, como a de advogado, de engenheiro etc. Exclusão que se faz pelo salário (afinal quem trabalha por gosto, sacerdócio, ou *hobby*, não precisa de dinheiro), pelo *status* e até mesmo pela denominação “carinhosa” (ou menosprezante?) que é conferida a essa profissão: a tia.

Questionar a “normalização” de certas identidades hegemônicas pela representação social e de certos “discursos populares” presentes na memória social sobre as identidades “minorizadas”, torna possível pensar na produção de singularidades. Fugir da profissão é uma forma de fugir da massificação identitária. Contudo, estar na profissão e fazer tudo de uma maneira muito singular pode conduzir ao caminho da resistência, no qual podemos ser mais criativos e produtivos.

O problema que se coloca na fuga do magistério é que, às vezes, são escolhidas outras profissões que, a meu ver, são igualmente ou mesmo mais massificadoras. Quando, por exemplo, trabalham como vendedoras no comércio⁹ elas podem estar sendo como um “objeto de consumo”, veiculando os objetivos da sociedade capitalista. Quando querem ser enfermeiras, adotam uma outra identidade socialmente permitida à subjetividade feminina¹⁰.

Mas, pode ser que a recusa seja uma tentativa de não se submeter às

Amanda O. Rabelo

injunções do poder que tentam colocá-las em uma fôrma identitária, ou seja, como a melhor forma de escapar de uma “identidade fixa”. Pois, através dessa recusa, correm o risco de cair em um outro caminho que não é aquele que as leve ao seu próprio objetivo, à sua singularidade. Esse caminho, na verdade, pode ser tão subjetivador quanto o outro.

A formulação de um discurso próprio¹¹ pode ser uma forma de resistência exercida pelas professoras, pois na utilização do discurso pode-se criar representações novas sobre o magistério que demonstrem que o mesmo não é um *hobby* feminino; ele não é só exercido pelo gosto, mas, também, pela possibilidade de sustentar convicções e tentar mudanças. Modificações que aparecem em pequenos detalhes e posturas diferenciadas frente ao estabelecido: a *professoralidade*.

Costa (1999) nos ajuda a analisar como os discursos sobre as professoras fabricam uma identidade. Porém, é também por meio do discurso que as professoras podem reagir:

Tudo que têm sido dito sobre as professoras, sobre a docência, **não apenas “fala sobre”, mas cria, inventa, institui** [...] Quem joga segue regras e é por elas coordenado, não há outra possibilidade. Quem tem o poder de narrar, de dizer como as coisas são, fabrica as coisas [...] A única possibilidade seria ingressar na luta pela formulação dos discursos sobre o magistério [...] É preciso contar [...] que o magistério é povoado por seres sensíveis, sim, mas não por isso menos preparados para cumprir seus desígnios na preparação de cidadãos e cidadãs de um mundo que se deseja mais justo e solidário [...] E, falando como professora, defendo que precisamos fazer **circular as nossas histórias**, contadas por nós. **Precisamos ocupar espaços de discurso do nosso jeito**, com as nossas vozes, com a nossa semântica e o nosso léxico. Isso é participar da política cultural da identidade (grifos nossos).

Desta forma, avaliamos que é possível reagir com uma memória produtiva e não nostálgica, uma memória da possibilidade, mostrando que há outras histórias e discursos no magistério. Podemos ser sensíveis, mas isso não significa menor preparo ou desqualificação. Resistir é afirmar que não existe uma identidade docente fixa e que nem mesmo devemos buscá-la como muitos postulam. Não é a formação de uma nova identidade que fará da profissão adquirir *status* e tornar-se valorizada, pelo contrário, isso a restringiria novamente a um modelo que passaria a excluir outras possibilidades de ser professor.

A singularidade é uma busca constante das docentes com suas opções individuais e escolhas que faria cada professora ter a sua *professoralidade*, o seu modo singular de ser. Devemos afirmar que não existe uma diferenciação

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

da professora como mulher carinhosa e afetuosa, e do professor como homem racional e pesquisador, mas diferenças entre pessoas. Pessoas que lutam por seus ideais e que querem que a educação tenha seu valor, que não seja uma missão, e sim uma potencialidade.

Mas será que isso não traria a falta de união entre os professores, pois levaria cada um a ficar centrado em si mesmo?

Não. Pois não é necessário se opor às regras sociais, à identidade estática, e procurar o seu singular sozinho. Ao contrário, a singularização acontece a partir da união e da troca de experiência (conforme a *prática de si*) que está sempre presente nas narrativas/discursos dos professores.

A *professoralidade* não é uma busca unitária, é um modo de ser para se inserir em uma coletividade com criticidade, sem aceitar estereótipos. Conforme Costa aponta, no último trecho citado, participar da política cultural da identidade é discutir com seus pares e fazer circular um novo discurso sobre o magistério: o discurso das diferentes experiências pessoais (que não são estáticas e homogeneizadas como uma identidade).

A memória não é estável, ela pode ser alvo de reflexão e modificação. A re-elaboração das lembranças que nos foram passadas pelo social é importante, mas não é a única medida possível. O uso da oralidade e da troca de experiências são formas de reformular a memória, criando uma memória diferente, singular. A memória atrelada ao poder que quer controlar e limitar os indivíduos a uma identidade fixa não visa produzir um sujeito crítico, que tenha o governo de si.

A memória nunca é totalmente individual, pois ela atinge o sujeito na sua expressão coletiva, a partir de mecanismos sociais. Para reformular a memória recebida da sociedade faz-se necessário ligá-la à singularidade, a uma reflexão de si mesmo, sendo que essa reformulação só pode ser feita com a ajuda de seus pares.

O professor pode se unir para repensar coletivamente sua memória social, abrindo-se para uma *professoralidade* como uma nova forma de sentir, de querer, de olhar, de perceber as práticas que tentam enquadrá-lo/identificá-lo, como se fosse uma tarja magnética em que todos são iguais. A luta contra o determinismo do poder deve ser conjunta, afinal se não há memória totalmente individual, como a memória pode ser modificada se não for pelo coletivo?

Referências

COSTA, M. V. O magistério e a política cultural de representação e identidade. In: BICUDO, M. A.; SILVA JÚNIOR, C. (Orgs.). **Formação do educador e avaliação educacional**. São Paulo: UNESP, v. 3. 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/neccso/frame10.html> Acesso em: 22 jul. 2003.

Amanda O. Rabelo

FOUCAULT, M. (Org.) **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade III: cuidado de si**. 1. ed. Tradução de Albuquerque & Guilhom. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. Corpos dóceis. In: **Vigiar e punir**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 125-147.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

GONDAR, J. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: COSTA, I.; GONDAR, J. (Org.) **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

_____. Memória, poder e resistência. In: BARRENECHEA, M. A.; GONDAR, J. (Org.) **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

GUATTARI, F. **Caosmose**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HALL, S. Quem precisa de identidade. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (Org.) **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. (Org.) **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MANCE, E. **O capitalismo atual e a produção de subjetividade**. Conferência de Abertura da V Semana de Filosofia da UFES, São Mateus, 24 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/mance/subjetividade.htm>. Acesso em: 22 nov. 2003.

PEREIRA, M. V. Nos supostos para pensar formação e autoformação: a professoralidade produzida no caminho da subjetivação. In: **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Trabalho apresentado no 1. ENDIPE.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. 6. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1976.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RABELO, A. O. **A memória das normalistas do IESK de Campo Grande/**

Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras

RJ. 2004. 124f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, T. (Org) **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Notas

- 1 Este artigo contém algumas conclusões presentes na dissertação intitulada "A memória das normalistas do IESK de Campo Grande/RJ" (RABELO, 2004), orientada por Miguel Angel de Barrenechea.
- 2 Foucault desenvolve esta noção em diversos trabalhos, tais como: *Microfísica do Poder* (1979).
- 3 Entendida como sendo o modo de ordenar os corpos no tempo e no espaço, de distribuir os lugares, separando, por exemplo, homens de um lado, mulheres de outro.
- 4 O devir é um processo, algo em permanente transformação e que nunca está concluído, é um vir a ser.
- 5 Exaltadas pela sociedade disciplinar nas identidades opostas.
- 6 Ver, por exemplo: *História da Sexualidade III* (1985) e *Resumo dos Cursos do Collège de France* (1997b).
- 7 Uso esse termo com o sentido de desviar do seu curso e originar algo novo, na deriva é possível recriar realidades, se recriar.
- 8 Principalmente em *História da Sexualidade II* (2001) e *III* (1985).
- 9 Uma das profissões mais seguidas pelas normalistas formadas, que entrevistei na minha dissertação (RABELO, 2004), que abandonam a profissão do magistério, tanto por não quererem exercê-la quanto por não conseguirem emprego como professoras.
- 10 Não estudei a introdução da mulher na enfermagem, mas essa é outra profissão feminizada, provavelmente por estar ligada ao cuidado das pessoas.
- 11 Recusando o discurso alheio ou dominante, pois aceitá-lo é aceitar sua dominação.

Correspondência

Amanda Oliveira Rabelo - Rua Sargento Jaime 279, Campo Grande 23045-460 - Rio de Janeiro, RJ.

E-mail: amandaorabelo@bol.com.br

Recebido em 28 de junho de 2006

Aprovado em 22 de dezembro de 2006

